



Estado da Paraíba

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



Tribunal de  
Contas do Estado

João Pessoa - Publicado em sexta-feira, 27 de janeiro de 2017 - Nº 1647 - Divulgado em 26/01/2017

**Conselheiro Presidente**  
Arthur Paredes Cunha Lima  
**Conselheiro Vice-Presidente**  
André Carlo Torres Pontes  
**Conselheiro Corregedor**  
Fernando Rodrigues Catão  
**Cons. Pres. da 1ª Câmara**  
Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

**Cons. Pres. da 2ª Câmara**  
Arnóbio Alves Viana  
**Conselheiro Ouvidor**  
Antônio Nominando Diniz Filho  
**Conselheiro**  
Marcos Antonio da Costa  
**Procuradora Geral**  
Sheyla Barreto Braga de Queiroz

**Subproc. Geral da 1ª Câmara**  
Luciano Andrade Farias  
**Subproc. Geral da 2ª Câmara**  
Manoel Antonio dos Santos Neto  
**Procuradores**  
Elvira Samara Pereira de Oliveira  
Isabella Barbosa Marinho Falcão  
Marcílio Toscano Franca Filho  
Bradson Tibério Luna Camelo

**Diretor Executivo Geral**  
Nivaldo Cortes Bonifácio  
**Conselheiros Substitutos**  
Antônio Cláudio Silva Santos  
Antônio Gomes Vieira Filho  
Renato Sérgio Santiago Melo  
Oscar Mamede Santiago Melo

## Índice

1. Atos do Tribunal Pleno.....	1
Resoluções Normativas e Administrativas.....	1
Intimação para Sessão.....	3
Citação para Defesa por Edital.....	4
Intimação para Defesa.....	4
Prorrogação de Prazo para Defesa.....	4
Extrato de Decisão.....	4
2. Atos da 1ª Câmara.....	6
Intimação para Sessão.....	6
3. Atos da 2ª Câmara.....	7
Intimação para Sessão.....	7
Intimação para Defesa.....	7
4. Atos da Auditoria.....	7
Intimação para Envio de Documentação.....	7
5. Atos dos Jurisdicionados.....	7
Aviso de Licitação dos Jurisdicionados.....	7
Errata.....	11

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**Sala das Sessões do TCE-PB - Plenário Ministro João Agripino.**  
**João Pessoa, 25 de janeiro de 2017.**

## RESOLUÇÃO NORMATIVA RN-TC Nº 01/2017

**Disciplina o processo de acompanhamento e dá outras providências.**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares conferidas pelo art. 3º da Lei Complementar 18/93 - LOTCE/PB e art. 4º, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, e

**CONSIDERANDO** os princípios constitucionais aplicáveis à administração pública, em especial os da efetividade, legalidade, legitimidade, economicidade, e eficiência;

**CONSIDERANDO** as diretrizes estabelecidas na Resolução Atricon nº 02/2014, as referências apresentadas no Relatório MMD-TC e os objetivos contemplados no Plano Estratégico 2016-2023 desta Corte (RA-TC Nº 03/2016),

**RESOLVE:**

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica criada na categoria ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO a subcategoria de processo denominada ACOMPANHAMENTO, por meio da qual serão realizados os procedimentos rotineiros de acompanhamento da Gestão Estadual e Municipal.

§ 1º. No primeiro dia útil de cada exercício financeiro serão instaurados 455 processos de acompanhamento, sendo:

I - 223 relativos à gestão dos Prefeitos Municipais;  
II - 223 relativos à gestão das Câmaras Municipais;  
III - 1 relativo à Gestão de cada um dos Poderes constituintes do Estado e para a Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Contas;

IV - 1 para cada um dos Regimes Próprios de Previdência do Estado e dos Municípios de Campina Grande e João Pessoa.

§ 2º. Além dos processos de que trata o parágrafo anterior, outros poderão ser instaurados a pedido da Presidência, do Relator ou da Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI com a finalidade de acompanhamento.

§ 3º. Anualmente, o Tribunal procederá a recadastramento dos Gestores que na ocasião serão citados da existência do processo de acompanhamento.

Art. 2º. Protocolizados e autuados os processos conforme o art. 1º desta Resolução, os autos eletrônicos serão encaminhados aos departamentos da Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI responsáveis pelo Acompanhamento da Gestão Estadual e Municipal.

### CAPÍTULO II DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO

## 1. Atos do Tribunal Pleno

### Resoluções Normativas e Administrativas

#### RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA RA-TC Nº 01/2017

**Regulamenta, no mês de janeiro de 2017, o pagamento da Gratificação de Produtividade de Controle Externo (GPCEX), prevista no art. 9º, inciso III, da Lei 8.290/07, e dá outras providências.**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

**CONSIDERANDO** a excepcionalidade do momento e para não haver solução de continuidade no tocante à composição remuneratória dos servidores do Tribunal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. A Gratificação de Produtividade de Controle Externo (GPCEX), correspondente ao mês de janeiro de 2017, será paga integralmente aos servidores do TCE em virtude do período de férias coletivas estabelecido pela Portaria TC nº 155/2016.

Art. 2º. A forma de pagamento adotada nesta Resolução aplica-se, exclusivamente, ao mês de janeiro de 2017, adotando-se para os meses subsequentes, a que vier a ser definida, quando da conclusão dos estudos para o pagamento mensal em função dos dados de produção e produtividade setoriais previstos na lei acima citada.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Os balancetes mensais e todos os seus anexos serão juntados aos autos eletrônicos dos respectivos processos de acompanhamento, aos quais, oportunamente, serão juntadas as leis que tratam do Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos Anuais e, conforme o caso, as autorizativas para abertura de créditos adicionais e suas respectivas alterações.

Art. 4º. Ato da Presidência do Tribunal definirá os procedimentos de auditoria segundo os quais as gestões dos órgãos e poderes do Estado e dos Municípios serão acompanhados, detalhando rotinas diárias, mensais, bimestrais e anuais.

Art. 5º. Sem prejuízo da instauração de processos de Tomadas de Contas Especial em relação a indícios de prejuízos ao erário com valor superior ao definido para os fins do art. 8º, § 2º da Lei Orgânica do TCE/PB, da instrução do processo de acompanhamento decorrerá a/o:

- I - emissão de ALERTAS quanto a indícios de irregularidades na execução orçamentária, bem como, em face da ultrapassagem de 90% dos limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal para a despesa com pessoal e encargos, conforme cálculo definido pelo Tribunal, dívida e endividamento;
- II - emissão de ALERTAS quanto ao descumprimento de preceitos relativos à Transparência Fiscal e da Lei de Acesso à Informação;
- III - declaração pela Presidência de balancete não entregue quando se constatem discrepâncias, falhas e/ou irregularidades de natureza contábil ou ausência de documento que deva o acompanhar;
- IV - comunicação ao Relator e Gestor acerca da execução, ao longo do exercício, de despesas condicionadas com Saúde e Educação, inclusive com recursos do FUNDEB, bem como eventuais exclusões de despesas incompatíveis com as normas de regência;
- V - verificação de achados de auditoria pertinentes a atos de pessoal, obras, licitações, contratos e convênios;
- VI - registro da evolução, em quantidade e valor, das despesas com pessoal por tipo de vínculo, comunicando ao Relator discrepâncias que exijam a tomada de decisão e, conforme o caso, intimação do Gestor para prestar esclarecimentos;
- VII - coleta e exame de achados de auditoria necessários à instrução da futura prestação de contas anual;
- VIII - registro de conclusões acerca de Denúncias recebidas e apuradas ao longo do exercício;
- IX - prestação de esclarecimentos pela Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI a questões suscitadas pelo Relator.

Art. 6º. Durante a instrução do processo de acompanhamento, a Presidência, o Relator, o Técnico responsável, sua chefia imediata ou o Diretor de Auditoria e Fiscalização - DIAFI poderão, por meio do Portal do Gestor, solicitar informações que deverão ser atendidas no prazo fixado.

§ 1º. O prazo será contado a partir da data de publicação da solicitação no Diário Eletrônico do Tribunal, considerando-se para tanto o § 2º do art. 30, da Lei Orgânica do TCE/PB.

§ 2º. O prazo concedido não poderá ser inferior a cinco nem superior a quinze dias.

§ 3º. A pedido do interessado protocolizado via Portal do Gestor o prazo poderá ser prorrogado pelo Relator, uma única vez, por até quinze dias.

§ 4º. O não atendimento da solicitação implica, conforme o caso, em obstrução à atividade fiscalizatória, com as consequências legais pertinentes.

Art. 7º. A emissão dos Alertas e a declaração de balancete não entregue previstos no art. 5º desta Resolução serão procedidas de forma automática, observados os parâmetros definidos em ato da Presidência e imediatamente comunicados ao respectivo Relator.

Art. 8º. Todos os achados de auditoria durante o acompanhamento da Gestão deverão ser juntados aos autos eletrônicos do respectivo processo que poderão ser reproduzidos para juntada aos autos da Prestação de Contas Anual e/ou de Processo de Tomada de Contas Especial instaurado para fins de responsabilização, imputação de débito e/ou multa.

Art. 9º. Após o processamento do balancete relativo a dezembro de cada exercício, será elaborado o Relatório Prévio sobre a Gestão do Poder ou Órgão, com a indicação das falhas e irregularidades não saneadas ao longo do exercício, do qual Gestores e Interessados no processo de acompanhamento serão intimados para apresentação de defesa.

§ 1º. No âmbito do Poder Executivo estadual, deverão ser gerados Relatórios Prévios sobre as diversas unidades gestoras que compõem a administração direta e indireta.

§ 2º. No âmbito do Poder Executivo municipal, deverão ser gerados Relatórios Prévios sobre as diversas unidades gestoras quando preenchidos os critérios definidos em ato da Presidência.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O Gestor quando da apresentação da respectiva Prestação de Contas Anual deverá, a título de defesa, esclarecer todas as irregularidades consideradas como remanescentes no Relatório Prévio elaborado na forma prevista art. 9º desta Resolução.

Parágrafo único. Só haverá nova intimação para apresentação de defesa se após o recebimento da Prestação de Contas Anual, a Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI apontar irregularidades que não constaram do Relatório Prévio.

Art. 11. O balancete declarado como não entregue ensejará as penalidades previstas na Lei Orgânica do TCE/PB e quando de sua regularização, ao Gestor será imputada a multa por atraso.

Art. 12. A declaração de balancete não entregue, enquanto não regularizada pelo Gestor implica em ausência de Prestação de Contas nos termos da lei.

Art. 13. Durante o exercício financeiro objeto do acompanhamento, a Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI realizará, após aprovação da Presidência, sem prejuízo das atribuições do Relator ou do Tribunal, atividades de fiscalização *in loco* para verificação de fatos ou indícios de irregularidades na gestão de recursos públicos em face de Denúncias ou situações de elevado risco detectadas pela Assessoria Técnica do Tribunal ou em cooperação com outros órgãos de fiscalização e controle da administração pública.

Art. 14. O art. 10 da Resolução Normativa RN-TC Nº 03/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. Os balancetes mensais não gozarão da possibilidade de substituição ou correção após sua entrega no prazo legal, salvo quando declarado como não entregues no Processo de Acompanhamento, caso constatadas discrepâncias, falhas e/ou irregularidades de natureza contábil ou ausência de documento que deva o acompanhar.

§ 1º. Quando da regularização do balancete não entregue, caberá aplicação de multa no valor R\$ 500,00 (quinhentos reais) por balancete corrigido, acrescido de R\$ 100,00 (cem reais) por mês, a contar do mês subsequente da declaração até o mês da efetiva correção.

§ 2º. A ocorrência reiterada de atraso ou ausência de encaminhamento de balancetes mensais e demais informações de que tratam esta Resolução configura obstrução à atividade fiscalizatória, punível nos termos da Lei Orgânica do TCE/PB."

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**  
**Sala das Sessões do TCE-PB – Plenário Ministro João Agripino.**  
**João Pessoa, 25 de janeiro de 2017.**

#### RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA RA-TC Nº 03/2017

**Dispõe sobre as Iniciativas Estratégicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba para o biênio 2017/2018.**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares,

**CONSIDERANDO** o trabalho realizado pela Comissão de Transição instituída pela Portaria TC nº 157/2016 e a importância do aprimoramento do sistema de planejamento do Tribunal;

**CONSIDERANDO** o salutar comprometimento e interação entre a atual e as futuras gestões do Tribunal em prol da execução do Plano Estratégico vigente;



**CONSIDERANDO**, assim, a necessidade de se estabelecer as iniciativas estratégicas prioritizadas para o biênio 2017/2018, em consonância direta com as disposições elencadas no Plano Estratégico do Tribunal para o período de 2016-2023, aprovado pela Resolução Administrativa RA-TC Nº 03/2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam aprovadas as seguintes Iniciativas Estratégicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba para o biênio 2017/2018:

- I - criar uma política de comunicação institucional;
  - a) estabelecer plano de comunicação;
- II - instituir programas de incentivo ao controle social:
  - a) aperfeiçoar e ampliar as ferramentas de divulgação de dados;
- III - modernizar e padronizar os métodos e técnicas de trabalho:
  - a) adotar manuais de procedimentos técnicos e administrativos;
  - b) aperfeiçoar e atualizar a estrutura normativa de suporte ao controle externo;
  - c) implementar modelo de auditoria preditiva;
- IV - criar uma política de tecnologia da informação;
  - a) criar instrumentos para melhorar a fidedignidade e consistência das informações fornecidas pelos jurisdicionados;
  - b) aperfeiçoar as ferramentas de TI à luz da padronização das rotinas de trabalho;
- V - sistematizar plano de capacitação e orientação aos jurisdicionados;
  - a) intensificar as ações de orientação e capacitação dos jurisdicionados em: instrumentos de planejamento, gestão e governança;
- VI - estimular a criação, estruturação e funcionamento com autonomia dos sistemas de controle interno dos jurisdicionados;
  - a) intensificar as ações de orientação e capacitação dos jurisdicionados na implementação de sistemas de controle interno;
- VII - revisar, periodicamente, o fluxo processual interno do TCE, observando as normas e os prazos estabelecidos no regimento interno do TCE;
  - a) estabelecer tabela de temporalidade;
- VIII - atuar de forma preventiva e concomitante, orientada em critérios de risco, materialidade e relevância;
  - a) intensificar e ampliar as ações de controle prévio e concomitante, acompanhando as ações sistematicamente;
- IX - intensificar e otimizar parcerias com órgãos externos, visando compartilhamento de informações;
  - a) firmar acordos de cooperação técnica com outros órgãos para acesso a sistemas e base de dados;
- X - desenvolver mecanismos que possibilitem a uniformização das decisões;
  - a) padronizar os atos formalizadores do TCE;
- XI - implementar ferramentas de formação de líderes, gerentes e facilitadores;
  - a) implementar banco de dados para ECOSIL;

- XII - incentivar a transferência e multiplicação de conhecimento
  - a) implementar um sistema de ensino a distancia - EAD;
- XIII - instituir um programa de capacitação continuada e integrada à meta dos servidores com repercussão em sua progressão funcional;
  - a) instituir programa de capacitação permanente e compulsória, com carga mínima anual;
- XIV - revisar políticas de carreira e remuneração;
  - a) adotar políticas de alocação de competências;
- XV - promover uma cultura de valorização do capital humano;
  - a) proporcionar melhorias no ambiente de trabalho e no clima organizacional;
  - b) criar programas de reconhecimento e motivação;
- XVI - reestruturar o setor de recursos humanos;
  - a) criar o setor de gestão de pessoas;
- XVII - assegurar recursos orçamentários para o adequado e regular funcionamento do TCE;
  - a) estabelecer negociação constante com o Poder Executivo para elaboração do orçamento;
- XVIII - utilizar de forma racional e eficiente os recursos disponíveis;
  - a) implementar sistemas internos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- XIX - sistematizar as ações de planejamento no TCE;
  - a) fortalecer a cultura de planejamento;
- XX - implementar a participação democrática na elaboração da proposta orçamentária do TCE;
  - a) garantir a participação representativa de membros e servidores nas discussões sobre a elaboração do orçamento.

Parágrafo único. As iniciativas estratégicas vinculam-se aos objetivos estratégicos conforme estabelecido no Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado para o período 2016-2023.

Art. 2º. As iniciativas estratégicas selecionadas serão objeto de desdobramentos em Planos de Ação elaborados pelos diversos Departamentos deste Tribunal contando, inclusive, com a participação dos membros da Comissão de Transição instituída pela Portaria TC nº 157/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**  
**Sala das Sessões do TCE-PB - Plenário Ministro João Agripino.**  
**João Pessoa, 25 de janeiro de 2017.**

## **Intimação para Sessão**

**Sessão:** 2110 - 08/02/2017 - Tribunal Pleno

**Processo:** 03354/12

**Jurisdicionado:** Rádio Tabajara - Superintendência de Radiodifusão

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2011

**Intimados:** Maria Eduarda dos Santos Figueiredo, Responsável; Mônica Nóbrega Figueiredo, Procurador(a); Maria das Graças de Amorim, Contador(a); Cooperativa Repres. Radiodif. E das Emiss. de Rádio Telev. Brasilcooperadiotv, marise Westphal Hartke, Interessado(a); Raimundo Nonato Costa Bandeira, Interessado(a); Ricardo Vieira Coutinho, Interessado(a); Jadelmiro Rodrigues de



Ataide Júnior, Advogado(a); Jorge Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva, Advogado(a); Marcelo Martins de Sant Ana, Advogado(a); Carlos Frederico Nóbrega Farias, Advogado(a); Fábio de Barros Araújo, Advogado(a); Francisco das Chagas Ferreira, Advogado(a); Nilmara de Carvalho Braga, Advogado(a); Paulo Roberto V. Rebello Filho, Advogado(a); Givonaldo Rosa Rufino, Advogado(a); Ildankaster Muniz Pereira da Silva, Advogado(a).

**Sessão:** 2110 - 08/02/2017 - Tribunal Pleno

**Processo:** [04202/14](#) (Doc. [36853/16](#))

**Jurisdição:** Câmara Municipal de Poço de José de Moura

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais (Recurso de Revisão)

**Exercício:** 2013

**Intimados:** Joaquim Bezerra Batista, Responsável; Marcos José de Oliveira, Contador(a); Newton Nobel Sobreira Vita, Advogado(a); Paulo Ítalo de Oliveira Vilar, Advogado(a); Pietro Rodovalho de Alencar Rolim, Advogado(a); Raicy Mendes Dantas, Advogado(a).

**Sessão:** 2110 - 08/02/2017 - Tribunal Pleno

**Processo:** [04060/15](#)

**Jurisdição:** Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2014

**Intimados:** Cláudio Benedito Silva Furtado, Gestor(a); Washington Luis Soares Ramalho, Advogado(a).

## Citação para Defesa por Edital

**Processo:** [10141/16](#)

**Jurisdição:** Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

**Subcategoria:** Levantamento

**Exercício:** 2016

**Citados:** Joao Fernandes da Silva, Gestor(a).

**Prazo:** 15 dias.

## Intimação para Defesa

**Processo:** [04750/16](#)

**Jurisdição:** Câmara Municipal de Serra da Raiz

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2015

**Intimados:** Severino da Silva, Contador(a); Wagner Duarte de Oliveira, Gestor(a).

**Prazo:** 15 dias

**Nota:** Para, querendo, apresentar defesa acerca das conclusões da Auditoria.

## Prorrogação de Prazo para Defesa

**Processo:** [04565/16](#)

**Jurisdição:** Câmara Municipal de São Miguel de Taipú

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2015

**Citado:** JOSE CESAR DE ARAUJO LEITE, Contador(a)

**Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias, por força do § 3º do art. 220 da Resolução Normativa RN TC Nº 10/2010.**

**Processo:** [04565/16](#)

**Jurisdição:** Câmara Municipal de São Miguel de Taipú

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2015

**Citado:** JUNIOR GALDINO MONTEIRO, Gestor(a)

**Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias, por força do § 3º do art. 220 da Resolução Normativa RN TC Nº 10/2010.**

## Extrato de Decisão

**Ato:** Acórdão APL-TC 00778/16

**Sessão:** 0164 - 12/12/2016

**Processo:** [05753/13](#)

**Jurisdição:** Câmara Municipal de Alagoa Grande

**Subcategoria:** Inspeção Especial de Contas

**Exercício:** 2011

**Interessados:** Josildo de Oliveira Lima, Ex-Gestor(a); Diogo Maia da Silva Mariz, Advogado(a).

**Decisão:** Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC nº 05.753/13, referente à Inspeção Especial decorrente de denúncia no âmbito da Câmara Municipal de Alagoa Grande, no exercício de 2011, especificamente sobre o excesso na aquisição de combustíveis na utilização de veículo pertencente aquele Poder Legislativo, acordam os Conselheiros integrantes do Eg. DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em: a) CONSIDERAR improcedente a Denúncia de que se trata; b) DETERMINAR o arquivamento dos autos. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

**Ato:** Acórdão APL-TC 00776/16

**Sessão:** 0164 - 12/12/2016

**Processo:** [05753/13](#)

**Jurisdição:** Câmara Municipal de Alagoa Grande

**Subcategoria:** Inspeção Especial de Contas

**Exercício:** 2011

**Interessados:** Josildo de Oliveira Lima, Ex-Gestor(a); Diogo Maia da Silva Mariz, Advogado(a).

**Decisão:** Visto, relatado e discutido o RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO interposto pelo Ex-Presidente da Mesa da Câmara Municipal de Alagoa Grande, Sr. Josildo de Oliveira Lima, contra a decisão desta Corte de Contas consubstanciada no ACÓRDÃO APL TC nº 00275/2016, publicado no Diário Oficial do Estado, de 04 de julho de 2016, acordam os Conselheiros integrantes do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em conhecer do presente recurso e, no mérito, conceder-lhe provimento para os fins de: a) DESCONSTITUIR o Acórdão APL TC nº 00275/2016, inclusive, do débito imputado ao gestor; b) RECOMENDAR à atual Mesa Diretora daquele órgão legislativo o aprimoramento do controle dos gastos, sobretudo, quanto ao consumo de combustíveis. Presente ao julgamento o representante do Ministério Público.

**Ato:** Acórdão APL-TC 00775/16

**Sessão:** 0164 - 12/12/2016

**Processo:** [03928/14](#)

**Jurisdição:** Câmara Municipal de Picuí

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2013

**Interessados:** Ataide Dantas Xavier, Ex-Gestor(a); Itamar da Silva Cunha, Contador(a); Misael Maicom da Silva Cunha, Assessor Técnico; Maria Ednalva Dantas, Interessado(a); Ravi Vasconcelos da Silva Matos, Advogado(a); Edvaldo Pereira Gomes, Advogado(a).

**Decisão:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 03.928/14, referente à Prestação de Contas Anual e da Gestão Fiscal do Sr. Ataide Dantas Xavier, ex-Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Picuí-PB, exercício financeiro 2013, acordam, à unanimidade, os Conselheiros do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em: 1) JULGAR REGULARES as Contas (Gestão Geral) do Sr. Ataide Dantas Xavier, ex-Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Picuí/PB, exercício financeiro de 2013; 2) DECLARAR o atendimento PARCIAL às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, do sobredito Gestor, relativamente ao exercício financeiro de 2013; 3) RECOMENDAR à atual Gestão da Câmara Municipal de Picuí/PB no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais e ao que determina esta Egrégia Corte de Contas em suas decisões, evitando-se a reincidência das falhas constatadas no exercício em análise. Presente ao



juízo o representante do Ministério Público Publique-se, intime-se e cumpra-se

**Ato:** Acórdão APL-TC 00771/16

**Sessão:** 0164 - 12/12/2016

**Processo:** [04338/15](#)

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2014

**Interessados:** Fabian Dutra Silva, Gestor(a); Ricardo Medeiros de Queiroz, Contador(a); Camila Maria Marinho Lisboa Alves, Advogado(a); Manolys Marcelino Passerat de Silans, Advogado(a); Celso Tadeu Lustosa Pires Segundo, Advogado(a).

**Decisão:** Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC n.º 04.338/15, referente à Gestão Geral (Prestação Anual de Contas) e Gestão Fiscal do Prefeito Municipal de Barra de Santa Rosa-PB, Sr Fabian Dutra Silva, relativas ao exercício financeiro de 2014, ACORDAM os Conselheiros integrantes do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão plenária realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em: 1. DECLARAR Atendimento PARCIAL em relação às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, por parte daquele gestor; 2. JULGAR REGULARES, com ressalvas, os atos de gestão e ordenação das despesas do Sr Fabian Dutra Silva, relativas às despesas não licitadas e de contribuições previdenciárias, e REGULARES os demais atos de gestão e ordenação das despesas do poder executivo de Barra de Santa Rosa-PB, relativas ao exercício financeiro de 2014; 3. APLICAR ao Sr Fabian Dutra Silva, Prefeito Municipal de Barra de Santa Rosa-PB, multa no valor de R\$ 3.000,00 (cinco mil reais), equivalentes a 65,37 UFR-PB, conforme dispõe o art. 56, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 18/93; concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento voluntário ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, conforme previsto no art. 3º da Resolução RN TC nº 04/2001, sob pena de cobrança executiva a ser ajuizada até o trigésimo dia após o vencimento daquele prazo, na forma da Constituição Estadual; 4. COMUNICAR à Receita Federal do Brasil acerca das irregularidades aqui esquadriadas pertinentes ao não recolhimento integral das contribuições previdenciárias pelo município de Barra de Santa Rosa-PB, exercício de 2014; 5. RECOMENDAR à atual gestão municipal guardar estrita observância às normas da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais e ao que determina esta Egrégia Corte de Contas em suas decisões, especialmente, no tocante à necessidade de redução do déficit da execução orçamentária do município, evitando a reincidência das falhas constatadas no exercício em análise, sob pena de repercussão negativa na análise das futuras prestações de contas. Presente ao julgamento a Exma. Srª. Procuradora Geral do MPE Publique-se, registre-se e cumpra-se.

**Ato:** Parecer Prévio PPL-TC 00205/16

**Sessão:** 0164 - 12/12/2016

**Processo:** [04338/15](#)

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2014

**Interessados:** Fabian Dutra Silva, Gestor(a); Ricardo Medeiros de Queiroz, Contador(a); Camila Maria Marinho Lisboa Alves, Advogado(a); Manolys Marcelino Passerat de Silans, Advogado(a); Celso Tadeu Lustosa Pires Segundo, Advogado(a).

**Decisão:** O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 31, parágrafos 1º e 2º da Constituição Federal e 13, parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º e 6º da Constituição do Estado, e art. 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 18, de 13 de julho de 1993, apreciou os autos do Processo TC n.º 04.338/15, referente à Prestação Anual de Contas (Gestão Geral), exercício financeiro de 2014, do Sr. Fabian Dutra Silva, Prefeito Municipal de Barra de Santa Rosa/PB, e decidiu, em sessão plenária hoje realizada, por unanimidade, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, emitir PARECER FAVORÁVEL à sua aprovação, encaminhando-o à consideração da egrégia Câmara de Vereadores do Município. Presente ao julgamento a Representante do Ministério Público Especial Publique-se, intime-se e cumpra-se.

**Ato:** Parecer Prévio PPL-TC 00182/16

**Sessão:** 2104 - 23/11/2016

**Processo:** [04352/15](#)

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Duas Estradas

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2014

**Interessados:** Edson Gomes de Luna, Gestor(a); Roberval Dias Correia, Contador(a); Paulo Ítalo de Oliveira Vilar, Advogado(a).

**Decisão:** Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC-04.352/15, correspondentes à PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, relativa ao exercício 2014, de responsabilidade do PREFEITO MUNICIPAL de DUAS ESTRADAS, Senhor EDSON GOMES DE LUNA; e CONSIDERANDO o voto do relator e o mais que dos autos consta. ACORDAM os MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na sessão plenária realizada nesta data em: 1. Emitir PARECER CONTRÁRIO à aprovação das contas em exame, de responsabilidade do Sr. EDSON GOMES DE LUNA; 2. Declarar o ATENDIMENTO PARCIAL às exigências da LRF; 3. JULGAR IRREGULAR as despesas realizadas no exercício de 2014 na gestão do Prefeito EDSON GOMES DE LUNA; 4. IMPUTAR DÉBITO ao Sr. EDSON GOMES DE LUNA, no montante de R\$ 52.562,14, sendo R\$ 17.976,19 referentes à aquisição excessiva de combustíveis e R\$ 34.585,95 relativos a despesas não comprovadas de aquisição de combustíveis para veículos parados em oficinas ou sucateados, assinando-lhe o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do presente Acórdão, para efetuar o recolhimento ao erário municipal, atuando, na hipótese de omissão, o Ministério Público Comum, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual; 5. APLICAR MULTA ao Sr. EDSON GOMES DE LUNA, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 56, II da LOTCE, assinando-lhe o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do presente Acórdão, para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, a que alude o art. 269 da Constituição do Estado, a importância relativa à multa, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso do não recolhimento voluntário devendo-se dar a intervenção do Ministério Público Comum, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual; 6. Encaminhar os presentes autos ao Ministério Público Comum, ante os indícios de cometimento de ilícitos e atos de improbidade administrativa, para as providências de sua competência. 7. RECOMENDAR à atual administração municipal no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das leis infraconstitucionais pertinentes e, especialmente, as normas regulamentares expedidas por esta Corte de Contas, a fim de não repetir as falhas ora constatadas, além de recomendação à gestão do Fundo Municipal de Saúde para que também não incida novamente nas eivas ora detectadas. Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se. Sala das Sessões do Tribunal Pleno do TCE/PB - Plenário Ministro João Agripino. João Pessoa, 23 de novembro de 2016.

**Ato:** Acórdão APL-TC 00688/16

**Sessão:** 2104 - 23/11/2016

**Processo:** [04352/15](#)

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Duas Estradas

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2014

**Interessados:** Edson Gomes de Luna, Gestor(a); Roberval Dias Correia, Contador(a); Paulo Ítalo de Oliveira Vilar, Advogado(a).

**Decisão:** Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC-04.352/15, correspondentes à PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, relativa ao exercício 2014, de responsabilidade do PREFEITO MUNICIPAL de DUAS ESTRADAS, Senhor EDSON GOMES DE LUNA; e CONSIDERANDO o voto do relator e o mais que dos autos consta. ACORDAM os MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na sessão plenária realizada nesta data em: 1. Declarar o ATENDIMENTO PARCIAL às exigências da LRF; 2. JULGAR IRREGULAR as despesas realizadas no exercício de 2014 na gestão do Prefeito EDSON GOMES DE LUNA; 3. IMPUTAR DÉBITO ao Sr. EDSON GOMES DE LUNA, no montante de R\$ 52.562,14, sendo R\$ 17.976,19 referentes à aquisição excessiva de combustíveis e R\$ 34.585,95 relativos a despesas não comprovadas de aquisição de combustíveis para veículos parados em oficinas ou sucateados, assinando-lhe o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do presente Acórdão, para efetuar o recolhimento ao erário municipal, atuando, na hipótese de omissão, o Ministério Público Comum, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual; 4. APLICAR MULTA ao Sr. EDSON GOMES DE LUNA, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 56, II da LOTCE, assinando-lhe o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do presente Acórdão, para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual, à conta do Fundo de Fiscalização



Orçamentária e Financeira Municipal, a que alude o art. 269 da Constituição do Estado, a importância relativa à multa, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso do não recolhimento voluntário devendo-se dar a intervenção do Ministério Público Comum, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual; 5. ENCAMINHAR os presentes autos ao Ministério Público Comum, ante os indícios de cometimento de ilícitos e atos de improbidade administrativa, para as providências de sua competência. 6. RECOMENDAR à atual administração municipal no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das leis infraconstitucionais pertinentes e, especialmente, as normas regulamentares expedidas por esta Corte de Contas, a fim de não repetir as falhas ora constatadas; além de recomendação à gestão do Fundo Municipal de Saúde para que também não incida novamente nas eivas ora detectadas. Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se. Sala das Sessões do Tribunal Pleno do TCE/PB - Plenário Ministro João Agripino. João Pessoa, 23 de novembro de 2016.

**Ato:** Acórdão APL-TC 00779/16

**Sessão:** 2107 - 14/12/2016

**Processo:** [04358/15](#)

**Jurisdição:** Superintendência de Obras do Plano de Desenv. do Estado

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2014

**Interessados:** Simone Cristina Coelho Guimaraes, Gestor(a); Ricardo Barbosa, Ex-Gestor(a); João Azevedo Lins Filho, Ex-Gestor(a); Washington Luis Soares Ramalho, Advogado(a); Waldemir Fernandes de Azevedo, Advogado(a).

**Decisão:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo TC nº 04.358/15, que trata da prestação de contas anual da SUPERINTENDENCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO – SUPLAN, relativa ao exercício financeiro de 2014, tendo como gestores: Sr. Ricardo Barbosa – 01.01.2014 a 03.04.2014 (ex-Diretor Presidente) e João Azevedo Lins Filho – 04.04.2014 a 31.12.2014 (ex-Diretor Presidente), ACORDAM os Conselheiros Membros do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do relator, em: a) JULGAR REGULARES, com ressalvas, as Contas dos autos do Sr. Ricardo Barbosa, ex-Diretor Presidente da Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado -SUPLAN e do Sr. João Azevedo Lins Filho, ex-Diretor Presidente da SUPLAN, relativamente ao exercício financeiro de 2014; b) APLICAR ao Sr. Ricardo Barbosa, ex-Diretor Presidente da SUPLAN, multa no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), equivalentes a 77,32 UFR-PB, conforme dispõe o artigo 56, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 18/1993; concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento voluntário ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, conforme previsto no art. 3º da Resolução RN TC nº 04/2001, sob pena de cobrança executiva a ser ajuizada até o trigésimo dia após o vencimento daquele prazo, na forma da Constituição Estadual; c) APLICAR ao Sr. João Azevedo Lins Filho, ex-Diretor Presidente da SUPLAN, multa no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), equivalentes a 154,64 UFR-PB, conforme dispõe o artigo 56, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 18/1993; concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento voluntário ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, conforme previsto no art. 3º da Resolução RN TC nº 04/2001, sob pena de cobrança executiva a ser ajuizada até o trigésimo dia após o vencimento daquele prazo, na forma da Constituição Estadual; d) RECOMENDAR a atual Gestão da SUPLAN no sentido da estrita observância às normas das normas constitucionais e infraconstitucionais, especialmente, da Lei 4.320/64 e da Lei 8.666/93, evitando a repetição das falhas ora apontadas pela Auditoria. Presente ao julgamento a Exma. Srª Procuradora Geral do Ministério Público Especial. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

**Ato:** Acórdão APL-TC 00783/16

**Sessão:** 2107 - 14/12/2016

**Processo:** [04720/16](#)

**Jurisdição:** Câmara Municipal de São Vicente do Seridó

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2015

**Interessados:** Edinaldo Norberto dos Santos, Gestor(a); Alison Paulineli da Silva Pinto, Contador(a).

**Decisão:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 04.720/16, referente à Prestação de Contas Anual e a

Gestão Fiscal do Sr. Edinaldo Norberto dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Vicente do Seridó/PB, exercício 2015, acordam, à unanimidade, os Conselheiros do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em: a) Julgar REGULAR a Prestação Anual de Contas do Sr. Edinaldo Norberto dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de São Vicente do Seridó-PB, exercício financeiro 2015; b) Declarar ATENDIMENTO INTEGRAL, por aquele Gestor, às disposições da Lei Complementar nº 101/2000; c) Determinar o arquivamento dos autos. Presente ao julgamento o representante do Ministério Público Publique-se, intime-se e cumpra-se.

## 2. Atos da 1ª Câmara

### Intimação para Sessão

**Sessão:** 2685 - 09/02/2017 - 1ª Câmara

**Processo:** [05114/10](#)

**Jurisdição:** Prefeitura Municipal de São Miguel de Taipú

**Subcategoria:** Regularização de Vínculo Funcional - ACS-ACE EC-51

**Exercício:** 2010

**Intimados:** Clodoaldo Beltrao Bezerra de Melo, Gestor(a); Marcilene Sales da Costa, Ex-Gestor(a); Arnaldo do Nascimento, Interessado(a); Ivoneide Rufino Barbosa, Interessado(a); José Marcio da Silva, Interessado(a); Josicleide Ferreira de Lima, Interessado(a); Josinaldo de Souza, Interessado(a); Josineide Virginio Dantas, Interessado(a); Luiza Pedro do Nascimento, Interessado(a); Manoel Pedro da Silva, Interessado(a); Claudia Maria Dantas, Interessado(a); Maria das Graças de Souza Silva, Interessado(a); Maria de Lourdes Claudino da Silva, Interessado(a); Maria Jose dos Santos, Interessado(a); Maria José Martins Araújo Oliveira, Interessado(a); Maria Lucia da Silva, Interessado(a); Maria Solange Gomes, Interessado(a); Pedro Herculanio da Silva, Interessado(a); Rosilda Maria de Lima, Interessado(a); Severina Maria Rodrigues, Interessado(a); Sônia Maria da Silva, Interessado(a); Tatiany da Silva, Interessado(a); Wiulandia Arcanjo Meireles, Interessado(a); Fernanda Rolim E Silva, Advogado(a); Isabela Araujo D Assuncao, Advogado(a); Rodrigo dos Santos Lima, Advogado(a); Fábio Brito Ferreira, Advogado(a).

**Aviso:** Informamos que conforme o Art. 25 da RN-TC 11/2015 o Processo 05114/10 passou a ter seus atos processuais realizados exclusivamente em forma eletrônica. As peças existentes do processo permanecem em papel, passando o processo a ser composto por autos em meio físico e em meio eletrônico. Para o acompanhamento e realização dos atos processuais pelos interessados processuais é necessário o credenciamento e habilitação no sistema TRAMITA.

**Sessão:** 2686 - 16/02/2017 - 1ª Câmara

**Processo:** [03237/12](#)

**Jurisdição:** Fundo Municipal de Saúde de Pedras de Fogo

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2011

**Intimados:** Maiza Pereira de Oliveira, Gestor(a); Lindinalva Dantas dos Santos, Ex-Gestor(a); Kilza Ribeiro Alves de Freitas Paixão, Ex-Gestor(a); João Gilberto Carneiro Ismael da Costa, Contador(a); Flávio Augusto Cardoso Cunha, Assessor Técnico; Fabiana Maria Falcão Ismael da Costa, Advogado(a); Marco Aurélio de Medeiros Villar, Advogado(a).

**Sessão:** 2685 - 09/02/2017 - 1ª Câmara

**Processo:** [03724/13](#)

**Jurisdição:** Prefeitura Municipal de Mamanguape

**Subcategoria:** Inspeção Especial de Gestão de Pessoal

**Exercício:** 2011

**Intimados:** Maria Eunice do Nascimento Pessoa, Gestor(a); Eduardo Carneiro de Brito, Ex-Gestor(a); Neuzomar de Souza Silva, Contador(a); Rodrigo Oliveira dos Santos Lima, Advogado(a).

**Sessão:** 2686 - 16/02/2017 - 1ª Câmara

**Processo:** [06325/14](#)

**Jurisdição:** Secretaria de Planejamento, Desenv. Urbano e Meio Ambiente do Mun de João Pessoa



**Subcategoria:** Licitações

**Exercício:** 2013

**Intimados:** Zennedy Bezerra, Gestor(a); Romulo Soares Polari, Ex-Gestor(a); Marcelo Martins de Sant Ana, Advogado(a).

**Aviso:** Informamos que conforme o Art. 25 da RN-TC 11/2015 o Processo 06325/14 passou a ter seus atos processuais realizados exclusivamente em forma eletrônica. As peças existentes do processo permanecem em papel, passando o processo a ser composto por autos em meio físico e em meio eletrônico. Para o acompanhamento e realização dos atos processuais pelos interessados processuais é necessário o credenciamento e habilitação no sistema TRAMITA.

**Sessão:** 2686 - 16/02/2017 - 1ª Câmara

**Processo:** [08360/14](#)

**Jurisdição:** Fundo Municipal de Assistência Social de João Pessoa

**Subcategoria:** Licitações

**Exercício:** 2014

**Intimados:** Marta Geruza Moura Gomes, Ex-Gestor(a).

**Sessão:** 2842 - 14/02/2017 - 2ª Câmara

**Processo:** [12557/13](#)

**Jurisdição:** Prefeitura Municipal de Puxinanã

**Subcategoria:** Denúncia

**Exercício:** 2013

**Intimados:** Lucia de Fátima Aires Miranda, Gestor(a); Paulo Ítalo de Oliveira Vilar, Advogado(a).

**Sessão:** 2842 - 14/02/2017 - 2ª Câmara

**Processo:** [01957/14](#)

**Jurisdição:** Prefeitura Municipal de Pilões

**Subcategoria:** Inspeção Especial de Gestão de Pessoal

**Exercício:** 2014

**Intimados:** Iremar Flor de Souza, Gestor(a); Adriana Aparecida Souza de Andrade, Ex-Gestor(a).

### **Intimação para Defesa**

**Processo:** [01842/15](#)

**Jurisdição:** Secretaria de Finanças de Campina Grande

**Subcategoria:** Inspeção Especial de Obras

**Exercício:** 2009

**Intimados:** Júlio César de Arruda Câmara Cabral, Ex-Gestor(a); Stanley Marx Donato Tenório, Advogado(a).

**Prazo:** 15 dias

## **3. Atos da 2ª Câmara**

### **Intimação para Sessão**

**Sessão:** 2842 - 14/02/2017 - 2ª Câmara

**Processo:** [03278/08](#)

**Jurisdição:** Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa

**Subcategoria:** Denúncia

**Exercício:** 2008

**Intimados:** Evaldo Costa Gomes., Ex-Gestor(a); Johnson Goncalves de Abrantes, Advogado(a).

**Aviso:** Informamos que conforme o Art. 25 da RN-TC 11/2015 o Processo 03278/08 passou a ter seus atos processuais realizados exclusivamente em forma eletrônica. As peças existentes do processo permanecem em papel, passando o processo a ser composto por autos em meio físico e em meio eletrônico. Para o acompanhamento e realização dos atos processuais pelos interessados processuais é necessário o credenciamento e habilitação no sistema TRAMITA.

**Sessão:** 2842 - 14/02/2017 - 2ª Câmara

**Processo:** [00117/10](#)

**Jurisdição:** Câmara Municipal de Diamante

**Subcategoria:** Inspeção Especial de Gestão de Pessoal

**Exercício:** 2010

**Intimados:** Adalgifrant Fonseca de Freitas, Gestor(a); Vanderly Pinto Santana, Advogado(a).

**Aviso:** Informamos que conforme o Art. 25 da RN-TC 11/2015 o Processo 00117/10 passou a ter seus atos processuais realizados exclusivamente em forma eletrônica. As peças existentes do processo permanecem em papel, passando o processo a ser composto por autos em meio físico e em meio eletrônico. Para o acompanhamento e realização dos atos processuais pelos interessados processuais é necessário o credenciamento e habilitação no sistema TRAMITA.

**Sessão:** 2842 - 14/02/2017 - 2ª Câmara

**Processo:** [10023/13](#)

**Jurisdição:** Secretaria de Estado da Saúde

**Subcategoria:** Licitações

**Exercício:** 2013

**Intimados:** Claudia Luciana de Sousa Mascena Veras, Gestor(a); Roberta Batista Abath, Ex-Gestor(a); Waldson Dias de Souza, Ex-Gestor(a); Ana Amelia Paiva, Procurador(a); Karla Michele Vitorino Maia, Interessado(a).

**Aviso:** Informamos que conforme o Art. 25 da RN-TC 11/2015 o Processo 10023/13 passou a ter seus atos processuais realizados exclusivamente em forma eletrônica. As peças existentes do processo permanecem em papel, passando o processo a ser composto por autos em meio físico e em meio eletrônico. Para o acompanhamento e realização dos atos processuais pelos interessados processuais é necessário o credenciamento e habilitação no sistema TRAMITA.

## **4. Atos da Auditoria**

### **Intimação para Envio de Documentação**

**Processo:** [00232/17](#)

**Jurisdição:** Prefeitura Municipal de Tenório

**Subcategoria:** Acompanhamento

**Exercício:** 2017

**Interessado(s):** Evilázio de Araújo Souto

**Prazo:** 15 dias

**Solicitação de Envio de Documentação:** Cópia da LDO/2017 e LOA/2017

## **5. Atos dos Jurisdicionados**

### **Aviso de Licitação dos Jurisdicionados**

**Jurisdição:** Secretaria de Estado da Administração

**Documento TCE nº:** [00078/17](#)

**Número da Licitação:** 00324/2016

**Modalidade:** Pregão Presencial

**Tipo:** Compras e Serviços

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

**Data do Certame:** 06/02/2017 às 09:00

**Local do Certame:** CENTRAL DE COMPRAS DO ESTADO DA PARAIBA - SEAD-PB

**Observações:** Pregão marcado para o dia 02/02/17 às 09h, está adiado, a pedido do órgão, para o dia 06/02/17 às 09h.

**Site do Edital:** <http://www.centraldecompras.pb.gov.br>

**Jurisdição:** Prefeitura Municipal de Poço de José de Moura

**Documento TCE nº:** [02817/17](#)

**Número da Licitação:** 00010/2017

**Modalidade:** Pregão Presencial

**Tipo:** Compras e Serviços

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO, PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, FORNECIDO DE FORMA PARCELADA, DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA.

**Data do Certame:** 06/02/2017 às 13:00

**Local do Certame:** PREFEITURA MUNICIPAL



**Valor Estimado:** R\$ 111.000,00  
**Site do Edital:** <http://pocodexosedemoura.pb.gov.br>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Esperança  
**Documento TCE nº:** [02819/17](#)  
**Número da Licitação:** 00004/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS, PRODUTOS HORTIGRANJEIROS E CARNES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 09:00  
**Local do Certame:** Sede da Prefeitura  
**Valor Estimado:** R\$ 673.844,26  
**Site do Edital:** <http://www.http://prefeituradeesperanca.pb.gov.br>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Boa Ventura  
**Documento TCE nº:** [02827/17](#)  
**Número da Licitação:** 00006/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Aquisição de combustíveis para veículos em trânsito, destinados a manutenção da frota de veículos do município de BOA VENTURA conforme especificação do edital e seus anexos, os quais são partes integrantes dos mesmos.  
**Data do Certame:** 02/02/2017 às 13:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Boa Ventura

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Baía da Traição  
**Documento TCE nº:** [02829/17](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Aquisição e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinado a esta prefeitura  
**Data do Certame:** 03/02/2017 às 14:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Baía da Traição

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Bananeiras  
**Documento TCE nº:** [02851/17](#)  
**Número da Licitação:** 00007/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS COM FORNECIMENTO DE ATAÚDES PARA ATENDER AS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS, PARA O EXERCÍCIO DE 2017  
**Data do Certame:** 10/02/2017 às 09:00  
**Local do Certame:** SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS-PB  
**Valor Estimado:** R\$ 119.357,35

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz  
**Documento TCE nº:** [02854/17](#)  
**Número da Licitação:** 00006/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E FRIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.  
**Data do Certame:** 07/02/2017 às 09:00  
**Local do Certame:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ -PB  
**Valor Estimado:** R\$ 301.166,50  
**Site do Edital:** <http://www.brejodocruz.pb.gov.br>

**Jurisdicionado:** Fundo Municipal de Saúde de João Pessoa  
**Documento TCE nº:** [02855/17](#)  
**Número da Licitação:** 10080/2016  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS NA FROTA DE MOTOLÂNCIAS DO SAMU  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 09:30  
**Local do Certame:** licitacoes-e.com.br

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02856/17](#)  
**Número da Licitação:** 00004/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Prestação de serviços na implantação, manutenção e suporte de sistemas informatizados de gestão pública para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 08:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02857/17](#)  
**Número da Licitação:** 00005/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Contratação de empresa para prestação dos serviços de elaboração de planos de trabalhos, assessoria e acompanhamento de projetos junto aos Ministérios, Secretarias de Estado, Autarquias e Órgãos Públicos para o Município de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 09:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02858/17](#)  
**Número da Licitação:** 00006/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Prestação de serviços na confecção de próteses dentárias para atender o Programa do Governo Federal "Brasil Sorridente", conforme portaria n 1.825/2012/MS, para o Município de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 10:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02860/17](#)  
**Número da Licitação:** 00007/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Prestação de serviços no fornecimento de refeições prontas para atender a demanda da Secretaria de Saúde de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 14:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02861/17](#)  
**Número da Licitação:** 00008/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Aquisição de material de limpeza e higiene destinados à todas as Secretarias, Órgãos e Programas da Prefeitura Municipal de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 15:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02862/17](#)  
**Número da Licitação:** 00009/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios destinados à todas as Secretarias, Órgãos e Programas da Prefeitura Municipal de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 07/02/2017 às 08:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02863/17](#)  
**Número da Licitação:** 00010/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios para utilização na Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 07/02/2017 às 10:30  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02864/17](#)



**Número da Licitação:** 00011/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Aquisição de Pneus, Câmaras, Coletes e Baterias, destinados dos veículos e máquinas pesadas de propriedade desta prefeitura, sejam locados, contratados, vinculados ou a disposição da atividade pública do Município de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 07/02/2017 às 14:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02865/17](#)  
**Número da Licitação:** 00012/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Sistema de Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais e Insumos Odontológicos para a Secretaria Municipal de Saúde de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 07/02/2017 às 15:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02866/17](#)  
**Número da Licitação:** 00013/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Aquisição parcelada de Medicamentos para doação, com o maior percentual de desconto sobre a tabela da ABC FARMA, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 07/02/2017 às 16:39  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02868/17](#)  
**Número da Licitação:** 00014/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de transmissão de internet para todas as Secretarias, Órgãos e Programas da Prefeitura Municipal de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 08/02/2017 às 08:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Sousa  
**Documento TCE nº:** [02876/17](#)  
**Número da Licitação:** 00005/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Aquisição parcelada de gêneros alimentícios não perecíveis para suprir as necessidades do Município de Sousa.  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 09:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Sousa, setor de Licitação  
**Observações:** Este edital está Disponível na Prefeitura Municipal de Sousa localizado na Rua Coronel José Gomes de Sá nº27 Cento de Sousa-PB

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Mogeiro  
**Documento TCE nº:** [02877/17](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, ESPECIALMENTE AOS RELACIONADOS A IMPLANTES DENTÁRIOS E PRÓTESES DENTÁRIAS SOBRE IMPLANTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MOGEIRO E DEMAIS MUNICÍPIOS PACTUADOS ABRANGIDOS PELA CIR (COMISSÕES INTERGESTORES REGIONAIS) DA 12ª REGIÃO – COMISSÃO INTERGESTORES VALE DO PARAÍBA.  
**Data do Certame:** 31/01/2017 às 09:00  
**Local do Certame:** SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MOGEIRO  
**Valor Estimado:** R\$ 2.016.360,00  
**Observações:** O EDITAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MOGEIRO, NO HORÁRIO DE 8:00 ÀS 12:00 HS, ATÉ O DIA 30/01/2017

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Juripiranga  
**Documento TCE nº:** [02896/17](#)  
**Número da Licitação:** 00010/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Locação de um palco, dois camarins, um sistema de sonorização e dois geradores de energia, para a Festa de São Sebastião na cidade de Juripiranga.  
**Data do Certame:** 03/02/2017 às 09:15  
**Local do Certame:** Sala de licitações, Rua São Paulo 67 - Centro  
**Valor Estimado:** R\$ 31.020,00  
**Observações:** PUBLICAÇÃO: FAMUP - DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA.

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Marizópolis  
**Documento TCE nº:** [02897/17](#)  
**Número da Licitação:** 00003/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria técnica junto a prefeitura municipal de Marizópolis  
**Data do Certame:** 27/01/2017 às 08:00  
**Local do Certame:** SALA DA CPL

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Marizópolis  
**Documento TCE nº:** [02898/17](#)  
**Número da Licitação:** 00004/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE pessoa física/jurídica, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 600 HORAS/MÁQUINAS, de forma parcelada, por meio de locação de trator com operador e equipado com implemento agrícola tipo arado/grade leve e pesada de arrasto e hidráulica, cuja finalidade é o corte de terra destinado aos pequenos agricultores rurais do município de Marizópolis/PB, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência  
**Data do Certame:** 27/01/2017 às 09:00  
**Local do Certame:** SALA DA CPL

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Marizópolis  
**Documento TCE nº:** [02900/17](#)  
**Número da Licitação:** 00005/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Prestação de serviço especializado na área de engenharia civil  
**Data do Certame:** 27/01/2017 às 10:00  
**Local do Certame:** sala da cpl

---

**Jurisdicionado:** Fundo Municipal de Saúde de Uiraúna  
**Documento TCE nº:** [02902/17](#)  
**Número da Licitação:** 00003/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Serviço de manutenção e recarga de toner no Fundo Municipal de Saúde de Uiraúna  
**Data do Certame:** 26/01/2017 às 11:00  
**Local do Certame:** sala da cpl

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Zabelê  
**Documento TCE nº:** [02915/17](#)  
**Número da Licitação:** 00010/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE  
**Data do Certame:** 08/02/2017 às 11:00  
**Local do Certame:** PREFEITURA RUA JOSÉ VAZ DE MEDEIROS  
**Valor Estimado:** R\$ 160.000,00

---

**Jurisdicionado:** Câmara Municipal de Remígio  
**Documento TCE nº:** [02916/17](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA) E DERIVADOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 08:30  
**Local do Certame:** Câmara Municipal de Remígio



**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado da Administração  
**Documento TCE nº:** [02920/17](#)  
**Número da Licitação:** 00350/2016  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS  
**Data do Certame:** 09/02/2017 às 09:00  
**Local do Certame:** CENTRAL DE COMPRAS DO GOVERNO DO ESTADO PARAÍBA  
**Site do Edital:** <http://www.centraldecompras.pb.gov.br>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Aparecida  
**Documento TCE nº:** [02924/17](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Aquisição e instalação de 01 (um) motor completo original, bicomustível, para uso no veículo CHEV/ SPIN 1.8L MT LTZ, ano 2012/ modelo 2013  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 08:30  
**Local do Certame:** Sede da Prefeitura Municipal de Aparecida  
**Site do Edital:** <http://www.aparecida.pb.gov.br/site/licitacoes-e-econtratos/licitacoes/aviso-e-editais-de-licitacao.html>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Aparecida  
**Documento TCE nº:** [02925/17](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇO para serviços técnicos na área de informática para gerenciamento, digitação de dados e acompanhamento dos sistemas dos programas de saúde do município  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 09:30  
**Local do Certame:** Sede da Prefeitura Municipal de Aparecida  
**Site do Edital:** <http://www.aparecida.pb.gov.br/site/licitacoes-e-econtratos/licitacoes/aviso-e-editais-de-licitacao.html>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Aparecida  
**Documento TCE nº:** [02927/17](#)  
**Número da Licitação:** 00003/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇO para fornecimento parcelado de refeições e serviços de hospedagem destinados a servidores de diversas secretarias do município de Aparecida  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 10:30  
**Local do Certame:** Sede da Prefeitura Municipal de Aparecida  
**Site do Edital:** <http://www.aparecida.pb.gov.br/site/licitacoes-e-econtratos/licitacoes/aviso-e-editais-de-licitacao.html>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Aparecida  
**Documento TCE nº:** [02929/17](#)  
**Número da Licitação:** 00004/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos, com fornecimento parcelado, destinados à manutenção da farmácia básica do município de Aparecida  
**Data do Certame:** 07/02/2017 às 08:30  
**Local do Certame:** Sede da Prefeitura Municipal de Aparecida  
**Site do Edital:** <http://www.aparecida.pb.gov.br/site/licitacoes-e-econtratos/licitacoes/aviso-e-editais-de-licitacao.html>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Aparecida  
**Documento TCE nº:** [02931/17](#)  
**Número da Licitação:** 00005/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material hospitalar, com fornecimento parcelado, destinado às atividades da Secretaria de Saúde do município  
**Data do Certame:** 07/02/2017 às 09:30  
**Local do Certame:** Sede da Prefeitura Municipal de Aparecida  
**Site do Edital:** <http://www.aparecida.pb.gov.br/site/licitacoes-e-econtratos/licitacoes/aviso-e-editais-de-licitacao.html>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Lagoa Seca  
**Documento TCE nº:** [02932/17](#)

**Número da Licitação:** 00001/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO  
**Data do Certame:** 03/02/2017 às 08:30  
**Local do Certame:** SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SECA  
**Valor Estimado:** R\$ 391.314,00

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Boa Vista  
**Documento TCE nº:** [02933/17](#)  
**Número da Licitação:** 00018/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, para serem utilizados nos serviços executados pela citada secretaria, durante o exercício de 2017.  
**Data do Certame:** 07/02/2017 às 08:00  
**Local do Certame:** na sala da CPL - sede da Prefeitura Boa Vista  
**Valor Estimado:** R\$ 778.894,70  
**Observações:** O Edital será disponibilizado gratuitamente, pelo e-mail: [licitacaoboavista@gmail.com](mailto:licitacaoboavista@gmail.com). Informações através do telefone (83) 3313-1100

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Várzea  
**Documento TCE nº:** [02936/17](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2017  
**Modalidade:** Tomada de Preço  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Contratação de fornecedor (Farmácia) para fornecimento diário e parcelado de medicamentos que não constam no rol da farmácia básica e para atender os casos especiais e urgentes, destinados às pessoas carentes do município  
**Data do Certame:** 08/02/2017 às 10:30  
**Local do Certame:** Na Sala da CPL  
**Valor Estimado:** R\$ 90.000,00

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Várzea  
**Documento TCE nº:** [02937/17](#)  
**Número da Licitação:** 00004/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Contratação de Serviços de Consultoria, Assessoria e Treinamentos na gestão do SUS deste município  
**Data do Certame:** 08/02/2017 às 08:30  
**Local do Certame:** Na Sala da CPL

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Riachão do Bacamarte  
**Documento TCE nº:** [02945/17](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Aquisição de Condicionadores de Ar, para atender as necessidades de diversas Secretarias do Município de Riachão do Bacamarte.  
**Data do Certame:** 06/02/2017 às 08:30  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Riachão do Bacamarte  
**Valor Estimado:** R\$ 46.148,33  
**Site do Edital:** <http://0.00>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz  
**Documento TCE nº:** [02952/17](#)  
**Número da Licitação:** 00008/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, DESTINADOS A TODAS AS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO  
**Data do Certame:** 09/02/2017 às 09:00  
**Local do Certame:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ -PB  
**Valor Estimado:** R\$ 249.700,40  
**Site do Edital:** <http://www.brejodocruz.pb.gov.br>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz  
**Documento TCE nº:** [02961/17](#)  
**Número da Licitação:** 00009/2017



**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA E GESTÃO PÚBLICA NAS ÁREAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
**Data do Certame:** 07/02/2017 às 15:00  
**Local do Certame:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ -PB  
**Valor Estimado:** R\$ 59.356,00  
**Site do Edital:** <http://www.brejodocruz.pb.gov.br>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Carrapateira  
**Documento TCE nº:** [02966/17](#)  
**Número da Licitação:** 00003/2017  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA E TODAS AS SUAS SECRETARIAS, CONFORME SOLICITAÇÃO  
**Data do Certame:** 07/02/2017 às 08:30  
**Local do Certame:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA

**Jurisdicionado:** Fundação Cultural de João Pessoa  
**Documento TCE nº:** [02972/17](#)  
**Número da Licitação:** 06004/2016  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS, COM GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS A SEGUIR, PARA ATENDER AO PROJETO "AÇÃO SOCIAL PELA MUSICA NUCLEO JOÃO PESSOA.  
**Data do Certame:** 09/02/2017 às 10:00  
**Local do Certame:** FUNJOPE  
**Valor Estimado:** R\$ 310.680,00  
**Site do Edital:** <http://cplfunjope@gmail.com>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02974/17](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2017  
**Modalidade:** Tomada de Preço  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Contratação de empresa para execução continuada dos serviços de Contabilidade e de Assessoria Contábil Administrativa e Financeira do Município de Conceição - PB  
**Data do Certame:** 02/03/2017 às 10:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Valor Estimado:** R\$ 9.500,00

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Documento TCE nº:** [02975/17](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2017  
**Modalidade:** Tomada de Preço  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Objeto:** Prestação de serviços advocacios e técnicos de natureza jurídica abrangendo: as esferas administrativas e judiciais trabalhistas além das ações ingressadas contra o município em todas as suas estâncias, órgãos e tribunais, competindo ao contratado prestar os serviços jurídicos conforme o edital.  
**Data do Certame:** 02/03/2017 às 14:00  
**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Conceição  
**Valor Estimado:** R\$ 120.000,00

## Errata

**Torna sem efeito a seguinte publicação do dia 04/07/2014:**  
**Jurisdicionado:** SEMOB - Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana  
**Documento TCE nº:** [36060/14](#)  
**Número da Licitação:** 00012/2014  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE TONNERS PARA IMPRESSORAS E CARTUCHOS PARA PLOTTERS.

**Torna sem efeito a seguinte publicação do dia 08/07/2015:**  
**Jurisdicionado:** SEMOB - Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana  
**Documento TCE nº:** [40187/15](#)

**Número da Licitação:** 00004/2015  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Objeto:** Aquisição de Protetor Solar

**Torna sem efeito a seguinte publicação do dia 17/07/2015:**  
**Jurisdicionado:** SEMOB - Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana  
**Documento TCE nº:** [43302/15](#)  
**Número da Licitação:** 00007/2015  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Objeto:** Aquisição de veículos automotores.

**Torna sem efeito a seguinte publicação do dia 11/08/2016:**  
**Jurisdicionado:** SEMOB - Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana  
**Documento TCE nº:** [43325/16](#)  
**Número da Licitação:** 00013/2016  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Objeto:** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTOS DE REFEIÇÕES E LANCHES.

**Torna sem efeito a seguinte publicação do dia 16/11/2016:**  
**Jurisdicionado:** SEMOB - Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana  
**Documento TCE nº:** [56849/16](#)  
**Número da Licitação:** 00018/2016  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Objeto:** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E BORRACHARIA.

**Torna sem efeito a seguinte publicação do dia 30/11/2016:**  
**Jurisdicionado:** SEMOB - Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana  
**Documento TCE nº:** [59222/16](#)  
**Número da Licitação:** 00020/2016  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Objeto:** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE UM SISTEMA DE GESTÃO CENTRALIZADA DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO MÓVEL.